



O Brincar Na Inclusão Escolar: Perspectivas e práticas pedagógicas para o desenvolvimento e a aprendizagem de todas as crianças

Autor(a) Danielly Rocha Santos - UFMA

RESUMO

Este artigo analisa o brincar como eixo estruturante da Educação Infantil e como instrumento pedagógico capaz de promover práticas inclusivas para todas as crianças, com ou sem deficiência. A pesquisa, de natureza qualitativa e baseada em revisão bibliográfica, investiga de que forma o brincar pode favorecer o desenvolvimento cognitivo, social e emocional, além de contribuir para a construção de ambientes escolares mais acessíveis e equitativos. A partir de marcos legais e teóricos como Vygotsky, Piaget, Montessori e Freire, o estudo destaca estratégias e adaptações lúdicas que possibilitam a participação ativa de todas as crianças no processo educacional. Conclui-se que o brincar, quando planejado com intencionalidade pedagógica e respeito à diversidade, configura-se como ferramenta potente para a efetivação da inclusão escolar.

Palavras-chave: Educação Infantil; Inclusão Escolar; Brincar; Ludicidade; Desenvolvimento Integral.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar tem se consolidado como um princípio fundamental da educação brasileira, reafirmado por legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). No entanto, o desafio de garantir a participação e o desenvolvimento integral de todas as crianças especialmente daquelas com deficiência, transtornos ou dificuldades de aprendizagem, ainda é presente no cotidiano escolar. Nesse contexto, o brincar, reconhecido como um direito previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), assume um papel estratégico e estruturante na construção de práticas pedagógicas inclusivas.

Brincar não é apenas um momento recreativo; trata-se de um processo formativo, por meio do qual as crianças constroem significados, desenvolvem habilidades cognitivas, emocionais, motoras e sociais, além de se expressarem de maneira criativa e autêntica.

Conforme Vygotsky (1984, p. 102), o brincar favorece o desenvolvimento na Zona de Desenvolvimento Proximal, permitindo que a criança atue além de seu nível atual de maturidade, impulsionando a aprendizagem por meio da mediação social, em conjunto Piaget (1962, p.73) também destaca o papel do jogo simbólico no desenvolvimento da inteligência e na construção de estruturas mentais durante a infância.

Apesar de sua relevância, muitas vezes o brincar não é planejado com intencionalidade pedagógica, tampouco adaptado às necessidades de todas as crianças. Isso evidencia uma lacuna na formação docente e na organização curricular das instituições, o que pode comprometer a efetividade das práticas inclusivas. Como destaca Kishimoto (2011, p.45), o brincar deve ser compreendido como linguagem da infância e, portanto, como um instrumento de acesso ao conhecimento e à convivência democrática.

Nesse sentido, este estudo parte do seguinte problema de pesquisa: Como o brincar, enquanto direito e eixo estruturante da Educação Infantil, pode contribuir para a construção de práticas pedagógicas inclusivas que favoreçam o desenvolvimento integral de todas as crianças, inclusive daquelas com deficiência, transtornos ou dificuldades de aprendizagens? A escolha do tema decorre da experiência pessoal da autora com ações educativas lúdicas em contextos não formais, o que despertou o interesse por investigar o potencial do brincar como caminho para uma educação verdadeiramente equitativa e transformadora.

O presente artigo tem como objetivo geral analisar de que maneira o brincar pode ser integrado às práticas pedagógicas inclusivas na Educação Infantil, de modo a garantir o desenvolvimento e a participação de todas as crianças no ambiente escolar. Para atingir este objetivo geral, pretende-se alcançar os seguintes objetivos específicos: (i) Caracterizar como a legislação educacional brasileira compreende o brincar como direito e seu papel na inclusão de todas as crianças na Educação Infantil; (ii) Refletir sobre estratégias lúdicas e adaptações necessárias para garantir a acessibilidade e a equidade nas brincadeiras escolares; (iii) Compreender como o brincar pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais em contextos de diversidade.

O desenvolvimento deste trabalho aborda o brincar como elemento central no processo educativo e de formação integral da criança, articulando essa prática com os princípios da inclusão escolar. Inicialmente, discute-se o brincar enquanto ferramenta essencial para o

desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social da infância, à luz de diferentes teorias psicológicas. Em seguida, examina-se a inclusão escolar e suas dimensões, destacando a importância de uma educação que valorize a diversidade e assegure o direito à aprendizagem de todos.

Por fim, analisa-se o papel do brincar no processo de inclusão de crianças com deficiência, transtornos ou dificuldades de aprendizagens, enfatizando como as práticas lúdicas, quando planejadas de forma acessível e intencional, promovem o desenvolvimento, a interação e a participação ativa de todos os alunos no ambiente escolar

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste estudo se apoia na compreensão do brincar como eixo estruturante da Educação Infantil e instrumento de promoção da inclusão escolar, articulando diferentes perspectivas teóricas sobre desenvolvimento infantil, aprendizagem e práticas pedagógicas inclusivas. Segundo Vygotsky (1984), o brincar possibilita à criança atuar na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), ampliando suas capacidades cognitivas e sociais por meio da mediação de pares e adultos mais experientes. Piaget (1962) reforça que o jogo simbólico é crucial para a construção de estruturas mentais e para o desenvolvimento da inteligência durante a infância, permitindo que conceitos abstratos sejam internalizados de forma significativa.

Montessori (2017) destaca o caráter autogerido do brincar, em que a criança, explorando o ambiente e interagindo com materiais variados, desenvolve habilidades motoras, cognitivas e emocionais de forma integrada. Winnicott (1971) enfatiza o brincar como espaço transicional fundamental para o desenvolvimento emocional, proporcionando segurança para a experimentação de papéis, sentimentos e relações interpessoais. Já Gardner (1983) e Goleman (1995) ressaltam a contribuição do brincar para o desenvolvimento das múltiplas inteligências e da inteligência emocional, respectivamente, evidenciando sua função na socialização, cooperação e construção de vínculos.

A literatura sobre inclusão escolar reforça que o brincar, quando planejado com intencionalidade pedagógica e adaptado às necessidades de todas as crianças, constitui uma ferramenta poderosa para a promoção de práticas inclusivas (Mantoan, 2003; Kishimoto, 2011). A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Lei



Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) indicam que a educação deve se reorganizar para atender à diversidade, garantindo equidade, acessibilidade e participação plena de todas as crianças.

As práticas lúdicas inclusivas envolvem adaptações do ambiente, materiais e estratégias pedagógicas, contemplando diferentes habilidades, estilos de aprendizagem e necessidades especiais (Gregory, 2009). Jogos cooperativos, brincadeiras de faz de conta, atividades artísticas e sensoriais são exemplos de ações que promovem integração, respeito à diversidade e desenvolvimento cognitivo, social e emocional. A fundamentação teórica evidencia, portanto, que o brincar é muito mais que uma atividade recreativa: trata-se de linguagem da infância, instrumento de aprendizagem e estratégia pedagógica para a construção de uma educação inclusiva e equitativa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia é uma parte essencial de uma pesquisa, pois estabelece os caminhos que o pesquisador deve seguir para encontrar as informações necessárias para alcançar um objetivo específico. **Gustin, Dias e Nicácio (2020, p. 152)** afirmam que a metodologia é composta por diversos elementos, incluindo a escolha dos processos de pesquisa, da vertente metodológica, dos tipos de pesquisa, dos raciocínios e da natureza dos dados.

A metodologia adotada neste estudo está ancorada em uma abordagem qualitativa, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, voltada à compreensão de práticas pedagógicas inclusivas relacionadas ao brincar na Educação Infantil.

O corpus da pesquisa foi constituído por documentos legais, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Declaração de Salamanca (1994), além de obras teóricas clássicas e contemporâneas de autores como Vygotsky (1984), Piaget (1962), Montessori (2017), Gardner (1983), Winnicott (1971), Kishimoto (2011), entre outros.

Assim, a metodologia estruturou-se na análise teórica crítica das fontes consultadas, com o objetivo de compreender de que forma o brincar, enquanto eixo estruturante da Educação Infantil, pode ser articulado às práticas pedagógicas inclusivas que favorecem o desenvolvimento integral de todas as crianças

4 ATUAÇÃO DO BRINCAR NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

A infância é marcada por experiências que vão além da aquisição de conteúdos formais, é um período de intensa formação afetiva, cognitiva, motora e social. Nesse cenário, o brincar se destaca como uma atividade essencial, pois é por meio dele que a criança experimenta o mundo, constrói significados, interage com o outro e desenvolve suas potencialidades.

Mais do que um simples passatempo, o brincar é uma forma de expressão, comunicação e aprendizagem, sendo reconhecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil como eixo estruturante do trabalho pedagógico nessa etapa.

Neste tópico, discute-se o brincar sob a perspectiva do desenvolvimento integral da criança, explorando suas dimensões físicas, emocionais e cognitivas, bem como seu papel como instrumento de aprendizagem e construção de habilidades sociais e linguísticas.

4.1 O Brincar no Desenvolvimento Integral das crianças: *Aspectos físicos, emocionais e cognitivos do brincar. Teorias psicológicas que fundamentam o valor do brincar.*

O brincar é uma atividade central no desenvolvimento infantil, com impactos diretos nos aspectos físicos, emocionais e cognitivos. De acordo com Montessori (2017), a criança que brinca ativamente, explorando o ambiente ao seu redor, está envolvida em um processo de aprendizagem autodirigido, essencial para seu desenvolvimento integral. Nessa perspectiva, o brincar contribui não apenas para o exercício das habilidades motoras, mas também para o fortalecimento da autonomia, da concentração e da independência:

A criança que brinca ativamente, explorando o ambiente ao seu redor, está engajada em um processo de aprendizado autodirigido que é fundamental para o desenvolvimento integral. No brincar, a criança não apenas exercita suas habilidades físicas, mas também desenvolve a capacidade de concentração, a independência e o senso de ordem. O brincar é, portanto, uma atividade que serve como base para a construção de todas as habilidades que a criança necessitará na vida adulta. O papel do educador é observar e facilitar esse processo, garantindo que o ambiente esteja preparado para atender às necessidades individuais de cada criança. (MONTESSORI, 2017, p. 45).

do ponto de vista físico, o brincar envolve atividades que estimulam a coordenação motora, a força muscular e o equilíbrio. Brincadeiras como correr, pular corda ou jogar bola não só contribuem para o desenvolvimento físico, mas também para a saúde geral das crianças, promovendo hábitos saudáveis desde a infância.

No campo emocional, o brincar permite que as crianças expressem sentimentos, experimentem diferentes papéis e explorem seus medos e ansiedades em um ambiente seguro. De acordo com Donald Winnicott (1971), o brincar é essencial para o desenvolvimento emocional saudável, pois proporciona um espaço transicional onde a criança pode explorar sua identidade e desenvolver a capacidade de relacionamento com o outro. Através do faz de conta, as crianças podem simular situações da vida real, o que lhes permite processar emoções complexas e desenvolver resiliência.

Cognitivamente, o brincar é fundamental para o desenvolvimento das habilidades de pensamento crítico e resolução de problemas. Jean Piaget (1962) argumenta que o brincar simbólico, especialmente durante a fase pré-operacional, é importante para o desenvolvimento cognitivo, pois permite que as crianças internalizem novos conhecimentos de forma significativa. Jogos de construção, quebra-cabeças e brincadeiras que envolvem regras estimulam o desenvolvimento do raciocínio lógico, ajudando as crianças a entender e manipular conceitos abstratos.

Diversas teorias psicológicas destacam a importância do brincar. Para Lev Vygotsky (1984), o brincar tem um papel central no desenvolvimento social e cognitivo, especialmente através da interação social na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Segundo Vygotsky, o brincar guiado por adultos ou pares mais avançados ajuda as crianças a alcançar níveis mais elevados de desenvolvimento. Maria Montessori (2017), por sua vez, enfatiza o brincar como uma forma de aprendizagem autônoma, onde as crianças exploram e aprendem através da interação com o ambiente, desenvolvendo tanto habilidades físicas quanto cognitivas e emocionais de forma integrada. Assim, o brincar deve ser compreendido não apenas como uma atividade recreativa, mas como uma linguagem da infância que expressa pensamentos, emoções e saberes, sendo uma ponte para a aprendizagem e para a interação com o outro.

4.2. Brincar como Ferramenta de Aprendizagem: *Aquisições de habilidades sociais e emocionais. Desenvolvimento da linguagem e da criatividade. Exemplos práticos de como o brincar facilita a compreensão de conceitos abstratos.*

Além de promover o desenvolvimento integral, o brincar também é uma ferramenta poderosa para a aprendizagem. Através de atividades lúdicas, as crianças adquirem habilidades sociais e emocionais que são fundamentais para a vida em sociedade. Segundo Gardner (1983):

As brincadeiras e jogos infantis oferecem oportunidades para o desenvolvimento de múltiplas formas de inteligência. Na brincadeira, a criança experimenta a linguagem, a lógica, a interação social e a criatividade de maneira integrada. Esses momentos lúdicos permitem que a criança desenvolva habilidades não apenas de forma isolada, mas como parte de um processo global de aprendizagem que integra diferentes aspectos de sua inteligência. Assim, o brincar é fundamental para que a criança explore e desenvolva suas múltiplas inteligências, preparando-se para desafios futuros tanto no âmbito pessoal quanto social. (GARDNER, 1983, p. 25).

brincadeiras em grupo, por exemplo, ensinam as crianças a negociar, compartilhar, cooperar e resolver conflitos. Essas experiências proporcionam oportunidades ricas para desenvolver habilidades sociais como empatia, escuta ativa e autorregulação emocional. Goleman (1995, p.42) destaca que o brincar é um campo privilegiado para o exercício da inteligência emocional, pois promove a percepção, a expressão e o controle das emoções.

Do ponto de vista linguístico, o brincar contribui significativamente para o desenvolvimento da linguagem oral e escrita. Bruner (1996, p.61) ressalta que o faz de conta favorece o uso criativo e experimental da linguagem, ampliando o vocabulário e a estruturação do pensamento verbal. Crianças que participam de jogos simbólicos constroem narrativas, interpretam papéis e aprimoram sua comunicação de forma contextualizada.

A criatividade, por sua vez, é estimulada quando as crianças são desafiadas a imaginar diferentes cenários e soluções para problemas fictícios. Howard Gardner (1983), em sua teoria das inteligências múltiplas, sugere que o brincar pode estimular diferentes tipos de inteligência, como a linguística, lógico-matemática, espacial e corporal-cinestésica, entre outras. Atividades lúdicas que envolvem construção, arte, música e dramatização ajudam a desenvolver essas diferentes inteligências, promovendo uma aprendizagem integral.

Exemplos práticos de como o brincar facilita a compreensão de conceitos abstratos incluem o uso de blocos de construção para ensinar conceitos matemáticos. Ao manipular

blocos, as crianças podem visualizar e compreender conceitos como altura, largura, volume e número. Jogos de tabuleiro que envolvem contagem ou sequenciamento também auxiliam as crianças a internalizar conceitos matemáticos e de lógica. Além disso, brincadeiras de faz de conta, nas quais as crianças assumem papéis de diferentes profissões ou personagens, ajudam a desenvolver uma compreensão mais profunda de conceitos sociais e culturais, promovendo a empatia e a compreensão de diferentes perspectivas.

5 INCLUSÃO ESCOLAR E SUAS DIMENSÕES

Para que o brincar cumpra seu papel como prática pedagógica inclusiva, é essencial compreender o contexto mais amplo no qual essa ação ocorre: o da inclusão escolar. Mais do que um conceito teórico, a inclusão representa um direito legal e um princípio ético que orienta a organização do sistema educacional brasileiro.

A construção de uma escola inclusiva implica reconhecer a diversidade como um valor e não como um obstáculo, e exige uma reorganização de práticas, posturas e estruturas institucionais. Este tópico, propõe uma reflexão sobre as múltiplas dimensões da inclusão escolar, abordando seus fundamentos legais e históricos, bem como os principais desafios e barreiras que ainda persistem na efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

5.1. Conceituar inclusão escolar: *Compreensão da inclusão como um direito fundamental, mudanças históricas e legislativas que influenciaram a prática inclusiva nas escolas.*

A inclusão escolar é um direito assegurado por leis nacionais e por tratados internacionais, com o objetivo de garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, em ambiente equitativo e respeitoso às suas singularidades. O paradigma da inclusão rompe com modelos excludentes e segregadores, reconhecendo que a diversidade é constitutiva do ambiente escolar e não uma exceção a ser tratada separadamente.

Historicamente, a inclusão percorreu um caminho de profundas transformações. No passado, crianças com deficiência eram, muitas vezes, afastadas do sistema educacional comum e atendidas em instituições segregadas. A partir da década de 1990, com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), consolidou-se o entendimento de que as escolas devem adaptar-se às necessidades de todas as crianças, e não o contrário. No Brasil, esse movimento foi reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e pela Lei



Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Internacionalmente, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, adotada em 2006, também desempenhou um papel significativo ao enfatizar a importância da educação inclusiva e assegurar que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade em escolas comuns.

Essas normativas reconhecem a inclusão como princípio ético e político, fundamentado no respeito à dignidade humana e na valorização das diferenças como parte da condição humana. Assim, a escola inclusiva não é apenas aquela que recebe estudantes com deficiência, mas aquela que reorganiza suas práticas pedagógicas, curriculares e avaliativas para atender à pluralidade de sujeitos. Como destaca Freire (1996, p.33), “educar é conscientizar, é sensibilizar para as realidades que nos cercam, é promover o reconhecimento do outro como sujeito de direitos”. A inclusão, nesse sentido, exige uma prática pedagógica transformadora, dialógica e comprometida com a equidade.

5.2 Desafios e Barreiras à inclusão escolar

Apesar dos avanços legislativos e das mudanças nas políticas educacionais, a inclusão escolar enfrenta vários desafios e barreiras que precisam ser superados para garantir a efetividade da prática inclusiva.

Um dos principais desafios está na formação inicial e continuada dos professores, que muitas vezes não recebem preparo suficiente para lidar com a diversidade de necessidades dos alunos. A ausência de capacitação específica sobre estratégias inclusivas, acessibilidade e adaptação curricular limita a atuação pedagógica. Conforme destaca Mantoan (2003), a resistência de muitos docentes não está na recusa da inclusão, mas na falta de preparo para implementá-la.

Além disso, a falta de recursos e apoio nas escolas também representa uma barreira significativa. Muitas instituições enfrentam dificuldades para oferecer materiais pedagógicos adaptados, tecnologias assistivas e suporte especializado. A ausência desses recursos pode limitar a capacidade das escolas de atender adequadamente às necessidades dos alunos com deficiências e outros desafios.

Outro obstáculo importante é a resistência cultural e a falta de compreensão sobre a importância da inclusão. Algumas escolas e comunidades ainda mantêm atitudes e práticas que



perpetuam a segregação e a exclusão. Promover uma mudança de mentalidade e sensibilizar a comunidade escolar e a sociedade em geral sobre os benefícios da inclusão é essencial para superar essa resistência. Segundo Freire (1996):

Ninguém ignora tudo, ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso, aprendemos sempre. A educação, como prática de liberdade, é um processo de conscientização, e essa conscientização é fundamental para que a sociedade compreenda a importância da inclusão e supere as práticas excludentes. (FREIRE, 1996, p. 44).

além disso, as questões relacionadas à infraestrutura das escolas também podem ser um desafio. Muitas escolas não estão fisicamente adaptadas para atender a alunos com mobilidade reduzida ou outras necessidades especiais. Investimentos em acessibilidade e adaptações físicas são necessários para criar um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo. Também merece destaque o desafio da avaliação escolar inclusiva, que muitas vezes permanece vinculada a critérios normativos e padronizados, desconsiderando os ritmos, estilos e modos próprios de aprendizagem. É urgente repensar os instrumentos avaliativos, buscando formas mais flexíveis, diagnósticas e formativas.

Por fim, a efetivação da inclusão exige comprometimento político-institucional, com investimento em infraestrutura acessível, políticas de apoio escolar, envolvimento das famílias e promoção de uma cultura de respeito às diferenças. A inclusão não pode ser responsabilidade apenas do professor, mas deve ser assumida como um compromisso coletivo da comunidade escolar e da gestão pública.

6 A AÇÃO DO BRINCAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Após compreender a importância do brincar para o desenvolvimento integral da criança e sua função no processo de aprendizagem, é necessário aprofundar sua articulação com os princípios da inclusão escolar. O brincar, quando pensado de forma acessível e intencional, torna-se um instrumento privilegiado para promover a participação ativa de crianças com deficiência nos espaços educativos. Mais do que adaptar materiais ou ambientes, trata-se de reconhecer o brincar como direito e linguagem universal da infância, capaz de incluir, acolher e valorizar a diversidade.

Este tópico, tem como foco explorar como as práticas lúdicas podem ser organizadas pedagogicamente para garantir o acesso, a permanência e o desenvolvimento de todas as

crianças em contextos inclusivos, com destaque para abordagens teóricas, estratégias concretas e benefícios emocionais, sociais e cognitivos do brincar inclusivo.

6.1 Abordagem de práticas lúdicas que incluem todas as crianças

O brincar é uma ferramenta poderosa no processo de inclusão escolar, oferecendo oportunidades para a integração e o desenvolvimento de todas as crianças. Este tópico explora como práticas lúdicas podem ser adaptadas para promover um ambiente inclusivo, destacando a importância do brincar como meio de inclusão e apresentando abordagens práticas e teóricas para garantir que todas as crianças possam participar ativamente. Em um contexto inclusivo, o brincar não apenas facilita a integração de crianças com deficiência, mas também ajuda a construir um ambiente de aceitação e respeito mútuo. Como argumenta Winnicott (1971):

É no brincar, e talvez apenas no brincar, que a criança ou o adulto fruem sua liberdade de criação. É brincando que a criança experimenta a liberdade de ser, de fazer e de agir. O brincar é uma atividade central para a constituição da subjetividade, pois nele a criança pode explorar o mundo ao seu redor e a si mesma, confrontando medos, desejos e fantasias. No contexto inclusivo, o brincar oferece um espaço onde a criança com deficiência pode expressar sua individualidade e interagir de maneira autêntica com os outros, sendo aceita e compreendida em sua totalidade. (WINNICOTT, 1971, p. 50).

neste sentido, a escola é classificada com um ambiente importante para promover a inclusão, pois é onde a criança tem mais interação com as outras e é criado um vínculo, a busca pela empatia e o respeito.

6.2 Práticas Lúdicas Inclusivas

As práticas lúdicas inclusivas têm como objetivo assegurar que todas as crianças independentes da sua situação, possam participar igualmente das brincadeiras e atividades pedagógicas. Para isso, é necessário planejar adaptações de ambiente, de materiais e de estratégias, considerando as necessidades individuais dos alunos. A adaptação das atividades lúdicas é essencial para garantir que todas as crianças possam participar de maneira equitativa. Gregory (2009) sugere que as atividades devem ser ajustadas para atender às necessidades físicas, sensoriais e cognitivas de cada criança. Segundo Montessori (2017):

O papel do educador na preparação do ambiente é de extrema importância. Um ambiente preparado para a inclusão deve ser acessível e atraente para todas as crianças, permitindo-lhes explorar livremente e aprender em seu próprio ritmo. A educação inclusiva requer que cada detalhe do ambiente seja pensado para atender às necessidades específicas das crianças, seja adaptando materiais, ajustando o espaço



físico ou oferecendo suporte adicional. Esse ambiente inclusivo é o que permite que todas as crianças, independentemente de suas habilidades, participem ativamente do processo educativo. (MONTESSORI, 2017, p. 57).

Isso inclui a utilização de materiais adaptados, tecnologias assistivas e a modificação de espaços e jogos para garantir acessibilidade.

Gregory (2009) defende o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), no qual os recursos e atividades são pensados desde o início para atender a uma ampla gama de habilidades e estilos de aprendizagem. Isso inclui a utilização de materiais adaptados, como brinquedos com texturas variadas, jogos com comandos visuais e recursos de comunicação alternativa. Tecnologias assistivas, como softwares, tablets com aplicativos específicos ou dispositivos de leitura, também ampliam as possibilidades de participação. A inclusão de materiais adaptados, como brinquedos com texturas variadas para crianças com deficiência visual ou recursos de comunicação alternativa, pode facilitar a participação ativa. A utilização de tecnologias assistivas, como dispositivos de comunicação ou software especializado, também pode ser benéfica.

Criar um ambiente de brincar que seja fisicamente acessível e seguro para todas as crianças é fundamental. Isso pode incluir a adaptação de espaços para permitir a mobilidade de crianças com deficiência e a instalação de equipamentos que atendam às suas necessidades específicas. Além disso, adaptação do espaço físico é fundamental. Brinquedotecas acessíveis, cantinhos sensoriais, áreas de circulação ampla e mobiliários ajustáveis favorecem a mobilidade e a autonomia das crianças com deficiência.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise realizada permite verificar que o brincar desempenha papel central na promoção da inclusão escolar, corroborando as evidências teóricas apresentadas. A revisão bibliográfica demonstrou que práticas lúdicas, quando intencionalmente planejadas, favorecem o desenvolvimento integral das crianças físico, cognitivo, emocional e social e fortalecem competências essenciais para a vida em sociedade.

Do ponto de vista social e emocional, o brincar inclusivo proporciona oportunidades para que crianças com diferentes habilidades interajam, negociem, compartilhem, cooperem e desenvolvam empatia, como destaca Goleman (1995). A interação durante atividades lúdicas



permite a construção de vínculos, a resolução de conflitos e o exercício da inteligência emocional, promovendo um ambiente escolar mais acolhedor e democrático.

No que tange à aprendizagem, o brincar facilita a compreensão de conceitos abstratos e estimula habilidades cognitivas complexas, como pensamento lógico, criatividade e resolução de problemas. Jogos de construção, brincadeiras de faz de conta e atividades artísticas favorecem o desenvolvimento da linguagem e das múltiplas inteligências, conforme apontado por Piaget (1962), Bruner (1996) e Gardner (1983). Além disso, adaptações pedagógicas, materiais acessíveis e tecnologias assistivas permitem que crianças com deficiência participem plenamente das atividades, garantindo equidade e acessibilidade, conforme Montessori (2017) e Gregory (2009).

A análise crítica evidencia ainda desafios na implementação de práticas inclusivas: a formação docente insuficiente, a escassez de recursos adaptados, barreiras arquitetônicas e resistência cultural são obstáculos identificados. Tais limitações reforçam a necessidade de políticas públicas e ações institucionais que promovam capacitação continuada, investimento em infraestrutura e sensibilização da comunidade escolar.

Portanto, os resultados indicam que o brincar, enquanto direito da criança e instrumento pedagógico, é uma estratégia eficaz para a construção de práticas inclusivas. A articulação entre teorias do desenvolvimento infantil e diretrizes legais brasileiras aponta que, ao integrar o brincar nas práticas escolares de forma intencional e adaptada, é possível garantir participação, aprendizado e desenvolvimento integral de todas as crianças, promovendo uma educação equitativa e transformadora.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou o brincar como eixo estruturante da Educação Infantil e como instrumento de promoção de práticas pedagógicas inclusivas. Através de uma abordagem qualitativa e de revisão bibliográfica, buscou-se compreender de que forma o brincar, enquanto direito da criança, pode favorecer o desenvolvimento integral e a participação ativa de todas as crianças, especialmente daquelas com deficiência, transtornos ou dificuldades de aprendizagem no ambiente escolar.

As análises teóricas demonstraram que o brincar não deve ser compreendido apenas como um momento de recreação, mas como uma linguagem da infância e uma estratégia



pedagógica potente. Autores como Vygotsky, Piaget, Montessori e Winnicott reforçam que o brincar promove o desenvolvimento cognitivo, emocional, motor e social, ao mesmo tempo em que contribui para a construção de vínculos, a resolução de conflitos e a expressão da subjetividade.

Com base na legislação educacional vigente e nos referenciais teóricos analisados, conclui-se que o brincar é um dos caminhos mais efetivos para a promoção de uma educação inclusiva e equitativa, desde que planejado com intencionalidade, sensibilidade e respeito à diversidade. As práticas lúdicas, quando adaptadas às necessidades das crianças, permitem que todas participem de forma ativa, promovendo ambientes acolhedores, democráticos e formadores de cidadãos conscientes.

Entre os desafios identificados, destacam-se a falta de formação docente específica para inclusão, a escassez de recursos pedagógicos acessíveis e a resistência cultural à mudança de paradigma. Tais obstáculos evidenciam a necessidade de políticas públicas comprometidas com a formação continuada dos profissionais da educação e com o investimento em infraestrutura acessível.

Por fim, espera-se que este artigo contribua com educadores, pesquisadores e gestores na reflexão sobre o papel transformador do brincar e na construção de propostas pedagógicas que garantam o direito de todas as crianças a brincar, aprender e se desenvolver em um ambiente verdadeiramente inclusivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 out. 2025

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 03 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 03 out. 2025.



BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>. Acesso em: 03 out. 2025.

BRUNER, Jerome. **Cultura da educação**. Porto Alegre: Artmed, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 33. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GARDNER, Howard. **Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 1983.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca; NICÁCIO, Camila Silva. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. 5. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Almedina, 2020.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

GREGORY, Gordon H. **Design universal para a aprendizagem: teoria e prática**. Cambridge: Harvard Education Press, 2009.

KISHIMOTO, Tizuko. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa.. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2003.

MONTESSORI, Maria. **A criança**. Campinas: Papyrus, 2017.

PIAGET, Jean. **O brincar, os sonhos e a imitação na infância**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca, Espanha: UNESCO, 1994. Disponível em:

https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427_por. Acesso em: 03 out. 2025.

VYGOTSKY, Lev S. **A mente na sociedade: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WINNICOTT, Donald W. **Brincar e realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1971.

O conteúdo expresso no trabalho é de inteira responsabilidade do(s) autor(es).